



Mulheres, mães e feirantes: desafios, sobrecarga de trabalho e a luta pela sobrevivência¹

Women, mothers and vendors: challenges, work overload and the struggle for survival

Mujeres, madres y feriantes: desafíos, sobrecarga de trabajo y la lucha por la supervivencia

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho²

RESUMO

Este estudo investiga os desafios, a sobrecarga de trabalho e a luta pela sobrevivência das mulheres feirantes em Caetité, Bahia, destacando mais de trinta anos de trabalho entre o espaço privado e o espaço público de cinco participantes ativas da pesquisa com idade superior a setenta e cinco anos. O aporte metodológico da pesquisa baseia-se na metodologia da história oral de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Mães. Feirantes. Sobrecarga de trabalho. História Oral.

ABSTRACT This study investigates the challenges, work overload, and struggle for survival faced by women market vendors in Caetité, Bahia, highlighting over thirty years of work between the private and public spheres of five active research participants over seventy-five years of age. The methodological approach of the research was based on the oral history methodology.

KEYWORDS: Women. Mothers. Street Market Vendors. Work Overload. Oral History.

RESUMEN

Este estudio investiga los desafíos, la sobrecarga laboral y la lucha por la supervivencia que enfrentan las mujeres vendedoras en los mercados de Caetité, Bahía, destacando más de treinta años de trabajo en los ámbitos público y privado de cinco participantes activas, mayores de setenta y cinco años. El enfoque metodológico de la investigación se basó en la historia oral.

PALABRAS CLAVE: Mujeres. Madres. Feriantes. Sobrecarga de Trabajo. Historia Oral.

¹ Este artigo é uma versão ampliada do texto apresentado no Simpósio Temático “ST 137: Pode alguém nos calar? As mulheres e mulheridades vão falar: imprensa feminista e história oral em diálogo. /ST 156: Violências de gênero, interseccionalidades e resistências: perspectivas da pesquisa e para o ensino de História”, que ocorreu no XXXIII Simpósio Nacional de História: Os (des) confortos da História e os futuros do ensino de História (ANPUH) – Belo Horizonte (13 a 18 de julho de 2025).

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/MG). E-mail: jumaracarla@yahoo.com.br

* * *

Introdução

“Eu trabalhei quase trinta e dois anos. Iniciei [...] por necessidade. Porque a gente chegou aqui [Caetité] com esses meninos tudo para a escola estudar. Não tinha outro meio de ajudar [...]. Aí comecei fazer bolo e entregava nos bares, depois eu mudei para salgado e, com isso, eu trabalhei em casa entregando salgado no bar muito tempo. Depois eu resolvi ir para a feira. Colocar a barraca na feira” (Hilda de Carvalho Silva).³

O fragmento acima veicula a narrativa de dona Hilda de Carvalho Silva sobre sua trajetória de trabalho na feira, da Praça do Mercado⁴, em Caetité, no alto sertão da Bahia⁵. Seu relato evidencia a centralidade do trabalho feminino sustentado por mais de três décadas entre o espaço doméstico e o espaço público da feira. Ao migrar para Caetité com a família, levando os filhos em idade escolar, recorreu, inicialmente, aos seus dons culinários na “arte de fazer” (Certeau, 1998) bolos em casa para serem comercializados nos bares. Posteriormente, passou a produzir salgados. Com essa mudança, dona Hilda decidiu colocar a barraca na feira e, por não ter “outro meio para ajudar” na criação dos filhos, inseriu-se nesse espaço “por necessidade”.

Ao analisar a trajetória de trabalho de dona Hilda, mas também de outras mulheres feirantes, nota-se que a inserção na feira ocorreu sobretudo por meio de um “saber-fazer” (Certeau, 1998) construído nas experiências do dia a dia. Esses conhecimentos, muitas vezes adquiridos no âmbito doméstico e comunitário, são mobilizados de forma prática e inventiva, constituindo aquilo que Michel de Certeau (1998) denomina “um saber não

³ Entrevista concedida em: 04/02/2022.

⁴ No entanto, vale destacar que a cidade de Caetité conta com três espaços destinados para a realização das feiras, nos seguintes locais: na Praça do Mercado localizada no centro da cidade; a Feirinha localizada no Bairro Ovídio Teixeira; e a Feira de Agricultura Familiar de Base Agroecológica localizada na Praça Pompeu Fernandes da Cunha, no Bairro Santa Rita.

⁵ Definido por Neves (1998) da seguinte maneira: “geralmente definem a região de modo pouco precisa, física ou socioeconomicamente, como área que se pretende delimitar, com critérios parciais da espacialidade, que recortam a base física: região semi-árida, demarcada por fenômenos climáticos, região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação, região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco, na Bahia, e ao relevo baiano, que ali projeta para maiores altitudes” (Neves, 1998, p. 22).

sabido”, isto é, um conhecimento não formalizado, do qual os “sujeitos ordinários” não se reconhecem como proprietários, mas que se manifesta nas ações cotidianas. Esse cotidiano, conforme destaca Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), é o espaço onde práticas e significados sociais se reproduzem, mas também onde pequenas mudanças ocorrem, transformando gradualmente as estruturas sociais. O cotidiano, portanto, configura-se como um terreno fértil para a apropriação e ressignificação de saberes e fazeres, adaptando-os às condições e desafios do momento. Nessa perspectiva, as “maneiras de fazer” (Certeau, 1998) das feirantes revelam-se como múltiplas práticas por meio das quais elas se reapropriam do espaço da feira, recriando-o e ressignificando-o para além da lógica da produção socioeconômica dominante.

Assim, a feira – recorte espacial da pesquisa – pode ser compreendida como um “lugar da vida e do trabalho [...]. Espaço que [...] reúne pessoas e tipos de atividade e onde viver o fazer faz o saber” (Brandão, 2013, p. 33). Esses “lugares e sistemas de vida e trabalho [...] não são espaços vazios. São espaços socialmente estruturados e politicamente legitimados segundo os princípios de relações internas de saber e poder” (Brandão, 1986, p. 176), onde os sujeitos “transitam uns na direção dos outros, trocam conhecimentos, trocam formas de saber e trocam valores” (Brandão, 1986, p. 167). Trata-se, portanto, de ações inscritas no cotidiano que, como destaca Michel de Certeau (1998, p. 31), “é aquilo que nos é dado cada dia”. Sendo assim, esse espaço da feira ultrapassa o caráter meramente econômico, assumindo dimensões sociais, afetivas e simbólicas, configurando-se como um espaço de sustento, inserção feminina no mercado de trabalho e construção de identidades.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa qualitativa integra o caminho metodológico que orienta este estudo, ainda em andamento. As trajetórias das mulheres feirantes

serão reconstruídas por meio de narrativas orais, coletadas em entrevistas semiestruturadas com participantes que se aproximam do objeto de investigação. Como argumenta Minayo (2001, p. 114), “a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. Essas entrevistas aconteceram durante o trabalho de campo, ocasião em que a pesquisadora atuou de forma cautelosa e respeitosa com as sujeitas da pesquisa que disponibilizaram o seu tempo para a participação. Nesse processo, fez-se necessário aproximar, sensibilizar, sem coagir, e ainda informar claramente sobre os objetivos da pesquisa e o retorno que o estudo poderá oferecer à produção de conhecimentos relacionados ao trabalho e ao gênero.

Apostando nesta perspectiva de investigação, a pesquisa foi delineada a partir do método da História oral, compreendido como um processo interdisciplinar de produção de conhecimento sustentado por normas e práticas éticas. Esse método estabelece um diálogo entre diferentes áreas do saber e tem como base as fontes orais, construídas a partir das memórias e experiências de seus interlocutores. Como salientam Meihy e Holanda (2015, p. 17), a História oral “é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” e tem como objetivo:

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio de estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (Alberti, 2013, p. 26).

A história oral constitui-se como “um campo aberto à produção de conhecimentos sobre diferenças” (Meihy; Ribeiro, 2011, p. 28). Nessa direção, é sobre essas diferenças instituídas na feira livre que analisaremos

o cotidiano e o trabalho, contado por diferentes sujeitos e com diferentes histórias, visto que: “Esses ‘eus’ podem se inscrever socialmente por meio de suas histórias até então pouco expostas e, dessa forma, evidenciar personalidade política, atuação social, cultural e econômica” (Meihy; Ribeiro, 2011, p. 28). Logo, neste estudo, a História Oral de vida norteará a pesquisa, que, conforme José Carlos Sebe Meihy (1996, p. 147), “trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”. Portanto, é preciso compreender, primordialmente, a História oral “como uma arte da escuta” (Portelli, 2016, p. 10).

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida com base na história oral de vida, modalidade que privilegia a escuta atenta das trajetórias individuais como forma de compreender processos sociais mais amplos, porquanto “[...] trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa” (Meihy, 1996, p. 147). Essa abordagem permite que o narrador construa suas memórias de forma reflexiva, situando experiências no tempo e no espaço, de modo que “[...] a ‘verdade’ está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas” (Meihy, 1996, p. 148). Ao valorizar a subjetividade, os afetos e as múltiplas vozes, reconhece o sujeito como produtor de conhecimento. Como destaca Alberti (2013), não se busca apenas a linearidade biográfica, mas a complexidade das relações entre o individual e o coletivo, a memória e a história, o vivido e o narrado. Assim, ao centrar-se nas histórias de vida das mulheres feirantes, a pesquisa busca compreender os desafios, a sobrecarga de trabalho e a luta pela sobrevivência das mulheres, mães e feirantes. Nessa perspectiva, recorreu-se às entrevistas “como uma troca entre dois sujeitos” (Portelli, 2016, p. 9), numa relação de respeito e confiança, em que a escuta ética possibilitou adentrar o universo subjetivo dessas trabalhadoras, revelando sentidos e significados atribuídos ao trabalho e ao cotidiano.

Mulheres, mães e feirantes: sujeitas da pesquisa

Ao longo da história, a atuação social das mulheres esteve fortemente associada ao espaço privado, sendo designadas como responsáveis pelo cuidado da família, pela educação dos filhos e pela manutenção do lar. Essa posição, sustentada e enraizada por uma ordem patriarcal, produziu hierarquias que naturalizaram a separação entre gêneros, conferindo ao masculino a centralidade do espaço público, como trabalho reconhecido, política e decisões, e relegando o feminino à esfera privada, vinculadas ao lar, ao cuidado e à maternidade. Como observa Michelle Perrot (2017), as mulheres permaneceram “no interior da casa” e, mesmo quando presentes na vida social, eram vistas como secundárias ou auxiliares, reduzindo sua presença à condição de “ajudantes” ou “donas de casa”.

Essa condição imposta às mulheres não significa ausência de atuação, como argumenta Joan Scott (1995), mas revela um processo de invisibilidade social, desvalorização de suas práticas e redução de sua participação no espaço público, resultado das construções sociais e culturais que negaram reconhecimento às experiências femininas. Nesse sentido, a autora propõe que o gênero seja entendido como uma categoria analítica que revela como as relações de poder e as construções sociais moldam as identidades femininas. Essa perspectiva é fundamental para compreender como as mulheres, mesmo em espaços historicamente marginalizados, desempenharam papéis essenciais na economia, na vida social e na reprodução das comunidades.

As mulheres contribuíram de maneira significativa com suas atividades laborais. De acordo com Michelle Perrot (2017), “as mulheres sempre trabalharam”, embora nem sempre tenham exercido “profissões” remuneradas e permanecido invisibilizadas, historicamente; ainda assim, elas estavam presentes com o seu trabalho nos campos, nas oficinas, nos mercados e nos lares, sustentando a vida cotidiana e articulando as normas sociais, econômicas e culturais de cada sociedade, pois, para Perrot (1998), é impossível escrever a história sem considerar a participação das mulheres.

Assim, mesmo quando confinadas ao espaço doméstico ou não reconhecidas formalmente, suas atividades constituíram fundamentos essenciais para a reprodução da vida e para a construção da história coletiva.

Em seus estudos, Joan Scott (1992) discute o surgimento da “História das Mulheres” com base na política feminista e na luta pelo reconhecimento da participação feminina na história, com o objetivo de evidenciar a ação e a presença das mulheres. Para a autora, porém, não basta narrar as experiências antes silenciadas e marginalizadas desses sujeitos, é necessário analisar criticamente como a história foi construída sob parâmetros em que prevalece a dominação masculina, os quais naturalizavam desigualdades de gênero, e compreender que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma prática de dar significado às relações de poder” (Scott, 1992, p. 86).

Ao propor o gênero como categoria de análise histórica, Joan Scott (1992) amplia o campo de reflexão para além da inclusão das mulheres na narrativa histórica e evidencia que a invisibilidade feminina não corresponde à falta de atuação, mas resulta de construções sociais e culturais que negaram reconhecimento às experiências femininas. Scott parte do pressuposto de que o gênero não é apenas um reflexo de diferenças biológicas entre homens e mulheres, porém ele constitui um elemento fundamental para compreender as formas como as diferenças entre os sexos foram historicamente produzidas, legitimadas e transformadas em hierarquias, pois “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido” (Scott, 1992, p. 92). Nessa direção, investigar o gênero implica analisar os modos pelos quais o poder se articula e se expressa, revelando as estratégias de dominação e resistência presentes na vida social.

Ao pensar as mulheres como sujeitos históricos na produção historiográfica feminina e feminista, Rachel Soihet questiona os mecanismos sociais e culturais que sustentaram sua exclusão: “destinadas à esfera

privada, as mulheres por um largo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento de novas gerações” (Soihet, 1997, p. 282), porquanto “O silêncio em torno das mulheres na historiografia tradicional não significava a ausência de sua participação, mas a recusa em reconhecê-las como sujeitos históricos” (Soihet, 1997, p. 286). Somente da década de 1960 em diante novas abordagens e novos sujeitos foram inseridos no campo da História. Isso favoreceu a ampliação da “História das Mulheres”, que surge como resultado da ação política do feminismo e da necessidade de contestar narrativas que relegaram às mulheres papéis secundários. A partir desse movimento, elas se tornaram objetos e sujeitos de estudos, ampliando, assim, a análise histórica. Nesse contexto, Rachel Soihet traz para o campo do debate a condição feminina das: “camadas populares, suas condições de vida e de trabalho, além daqueles especialmente esquecidos – as mulheres trabalhadoras, as prostitutas, os homossexuais, as criminosas, etc.” (Soihet, 1989, p. 6).

Desse modo, apresenta-se:

[...] uma face da mulher, via de regra oculta, em termos de reação a uma violência que lhe é imposta, além de muitas vezes esta tomar a iniciativa de agir violentamente. Não esqueçamos que, tradicionalmente, as mulheres são apresentadas como passivas, dóceis, frágeis, submissas... Importa, pois, recuperar a história das mulheres dessas camadas, desmitificando estereótipos e revelando novas dimensões no comportamento das mesmas (Soihet, 1989, p. 6-7).

Logo, o estudo de Rachel Soihet desvela como as mulheres pobres, no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, enfrentaram formas diversas de violência e restrições impostas pela ordem urbana e como elas construíram resistências cotidianas e tensionaram o patriarcalismo, evidenciando os limites e as formas de violência que marcaram a condição feminina.

As transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas em decorrência do crescimento urbano e industrial aceleraram a modernização

das cidades e, com isso, novas mobilizações feministas e trabalhistas modificaram de maneira significativa as experiências sociais. Esse processo, vinculado às mudanças promovidas pela modernização da sociedade brasileira no início do século XX, tornou-se ainda mais visível com a entrada das mulheres no setor industrial, espaço historicamente associado ao trabalho masculino. Tal movimento não apenas ampliou as possibilidades de atuação feminina em diferentes áreas, mas também desestabilizou representações tradicionais de gênero, revelando a necessidade de repensar os papéis sociais atribuídos às mulheres e os significados de sua presença no espaço público.

Ao analisar a inserção das mulheres no espaço público, Margareth Rago (1991, 1997) enfatiza as experiências femininas no mercado de trabalho e aborda os modos como as mulheres, em meio às práticas de disciplinamento social e moral, conquistaram espaços de atuação e visibilidade. Segundo Rago (2004), elas não só entraram no mundo da cultura, dos negócios e da política, mas também começaram a feminizar a existência social com suas práticas e olhares diferenciados. Essas “brechas” possibilitaram novas sociabilidades e práticas de liberdade, permitindo compreender a complexidade da inserção das mulheres na vida pública.

No entanto, no que se refere ao trabalho feminino no Brasil e às formas de acesso ao espaço público, Matos e Borelli (2013) ressaltam que a inserção das mulheres no mercado do trabalho configura uma das maiores transformações sociais dos últimos cem anos; as autoras destacam ainda que o trabalho feminino não é apenas uma questão econômica, mas um fenômeno social que reconfigurou as fronteiras entre o público e o privado, redefinindo o lugar das mulheres na sociedade.

Ao ampliar o debate sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, Heleieth Saffioti (2013) salienta que esse processo não ocorreu de maneira homogênea entre todas as mulheres. Ao contrário, foi atravessado por desigualdades de classe, o que resultou em diferentes possibilidades de inserção e configurou uma opressão de gênero articulada às condições sociais

e econômicas. Conforme a autora, as mulheres brancas de classe trabalhadora conquistaram progressivamente novas oportunidades profissionais mesmo enfrentando condições de vida e trabalho que as mantiveram à margem das esferas de poder e decisão, enquanto muitas mulheres pobres e negras permaneceram restritas às ocupações desvalorizadas, mal remuneradas e associadas ao serviço doméstico.

Essa análise revela como as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às estruturas de classe e como as mulheres, especialmente as de classes subalternas, foram historicamente excluídas dos espaços públicos de poder e influência. Portanto, a reflexão de Saffioti é crucial para entender como as desigualdades de classe influenciam o acesso das mulheres ao espaço público e como essas desigualdades se entrelaçam com opressão de gênero, moldando as experiências e oportunidades em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, a análise de Saffioti (2013) permite compreender que a ampliação da presença feminina no espaço público não deve ser vista como uma conquista universal e uniforme, mas como um processo desigual e contraditório, revelador das interseccionalidades que estruturam a sociedade brasileira.

Ao articular a discussão sobre o trabalho feminino com a noção de precarização, Helena Hirata (2009) revela como as mulheres estão mais vulneráveis às dinâmicas da flexibilização do trabalho e à expansão da informalidade. Seus estudos sobre trabalho e relações de gênero evidenciaram, de forma crítica, a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e informal, onde a participação feminina não pode ser analisada somente em termos quantitativos, mas sim pelas condições em que essa inserção se encontra: marcada por desigualdades estruturais de gênero, classe e raça. Hirata (2009) aponta que, historicamente, as mulheres brasileiras estiveram presentes em atividades produtivas, todavia de modo precário e desvalorizado, frequentemente em ocupações informais, mal remuneradas e associadas a habilidades consideradas “naturais”, como o cuidado, a alimentação e os serviços domésticos. No setor formal, ainda que

tenham ampliado sua presença ao longo das últimas décadas, elas continuam enfrentando barreiras, como a segregação ocupacional, os salários inferiores em relação aos homens e a sobrecarga resultante da dupla jornada, que combina o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e familiares. Assim, sua contribuição é fundamental para compreender que a participação feminina no mercado de trabalho não representa, por si só, um avanço automático em termos de igualdade, mas aponta para a necessidade de políticas públicas e estratégias coletivas que assegurem às mulheres condições dignas de trabalho, reconhecimento social e igualdade.

Essa saída das mulheres do espaço privado para o espaço público foi marcada por uma diferença significativa entre mulheres brancas e negras, tanto em termos de experiências quanto de oportunidades. Essa diferença é moldada por uma combinação de fatores históricos, sociais, econômicos e raciais, que impactam de forma distinta as trajetórias dessas mulheres.

Para as mulheres negras e as mulheres das classes populares, no entanto, a relação com o espaço público sempre foi diferente. Historicamente, no Brasil, as mulheres negras foram incorporadas no mercado de trabalho de maneira diferente das mulheres brancas. Desde o período escravocrata essas mulheres negras já estavam inseridas no mercado de trabalho, principalmente em atividades de serviço, como o trabalho doméstico, a lavoura e outras formas de trabalho informal. Após a abolição, segundo estudo de Lélia Gonzalez, “coube a mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade” (2020, p. 40). Ela foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família e o seu trabalho físico aumentou entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares. Para essas mulheres, o espaço público sempre fez parte de suas vidas, embora de forma precarizada, sob condições de subordinação e com pouca ou nenhuma proteção social.

Ainda que marcadas pela precarização e pela desigualdade, essas inserções tornaram visíveis a capacidade de resistência e reinvenção das

mulheres diante das adversidades. Contudo, a necessidade de contribuir para a renda familiar, somada a transformações econômicas, sociais e culturais, ampliou as fronteiras de atuação feminina. Assim, mulheres passaram a ocupar diferentes frentes de trabalho, muitas vezes informais e marcadas pela precarização, mas que também se tornaram espaços de resistência e afirmação. Muitas vezes, o ponto de partida foi o próprio saber-fazer aprendido no espaço doméstico, convertido em trabalho e em estratégias de sobrevivência, como exemplificam as práticas das quitandeiras analisadas por Maria Odila Leite da Silva Dias (1985), que transformaram receitas, modos de preparo e habilidades culinárias em forma de sustento e inserção no espaço urbano.

Essas experiências de inserção no mercado de trabalho e de resistência cotidiana se manifestam de maneira particular entre as mulheres feirantes sujeitas⁶ desta pesquisa. Ao ocuparem as feiras, essas mulheres mobilizam conhecimentos cotidianos do “saber-fazer” construídos no espaço doméstico, transformando-os em práticas produtivas e estratégias de sobrevivência e, ainda assim, reafirmam sua presença social, constroem redes de sociabilidade e ressignificam o espaço marcado por relações de poder, desigualdades e resistência. É nesse contexto que se inserem as mulheres feirantes de Caetité, na Bahia, cuja atuação evidencia as especificidades locais dessa realidade.

Essas mulheres constituem um grupo heterogêneo formado por diferentes perfis socioeconômicos: algumas iniciaram suas trajetórias na feira a partir das experiências herdadas da família; outras chegaram a esse espaço em busca de alternativas diante de falta de oportunidades formais de trabalho. Muitas adentraram a feira por necessidade, mas também por escolha, reconhecendo nesse espaço a possibilidade de gerir seu próprio tempo e de serem donas do próprio negócio. Ao assumir o controle de sua

⁶ O uso do termo “**sujeitas**” no feminino, em referência às mulheres como protagonistas e produtoras de saber, é adotado nos campos dos estudos feministas, da história oral, da antropologia e da sociologia. Esse uso destaca não apenas o gênero feminino, mas também a agência política e social das mulheres como sujeitos históricos. Nesta pesquisa o termo sujeita foi empregado na perspectiva das mulheres feirantes como agentes em suas próprias histórias.

atividade produtiva, elas puderam organizar suas jornadas de acordo com as demandas familiares e pessoais, algo frequentemente inviável em empregos formais. Nesse sentido, compartilham a condição de mulheres, mães e feirantes, lidando cotidianamente com a dupla – e, muitas vezes, tripla – jornada de trabalho. Entre cuidar dos filhos, administrar a casa e manter a atividade comercial na feira, essas mulheres acumularam responsabilidades que revelaram tanto a sobrecarga imposta às trabalhadoras quanto a capacidade de resistência e reinvenção diante das adversidades, marcando uma trajetória de mais de trinta anos de trabalho entre a feira e a casa. Suas histórias revelam não apenas a dimensão econômica do trabalho, mas também a construção de vínculos sociais, de práticas culturais e de estratégias de resistência que marcaram a vida coletiva em Caetité.

Entre a casa e a feira: desafios, sobrecarga de trabalho e a luta pela sobrevivência

A presença das mulheres na feira, embora marcada pela resistência e pela construção de estratégias de sobrevivência, também revela um conjunto de desafios cotidianos. Entre eles destaca-se a sobrecarga de trabalho resultante da dupla e, muitas vezes, tripla jornada, que envolve o cuidado com a família, as responsabilidades domésticas e a atividade comercial. Essa realidade imprime às feirantes um ritmo intenso e exaustivo, em que a luta pela sobrevivência se faz constante, exigindo-lhes redes de sociabilidade, criatividade, resiliência e capacidade de reinvenção diante das adversidades sociais, econômicas e culturais.

O papel dessas mulheres como mães é indissociável de suas trajetórias⁷ na feira. A maternidade, longe de afastá-las do trabalho, tornou-se um dos principais motores de sua inserção no espaço público, uma

⁷ Para dar conta dessas práticas, recorri à categoria “trajetória” (Certeau, 1998, p. 98), porquanto, nas palavras do autor, “[...] elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem” (Certeau, 1998, p. 45). Nesse sentido, a trajetória não significa apenas deslocamentos físicos ou trajetos lineares de um ponto ao outro, mas formas de apropriação e significado que os praticantes dão ao espaço.

vez que a necessidade de garantir a sobrevivência dos filhos impulsionou muitas delas a buscar no comércio uma alternativa de sustento. Assim, o cuidado materno não se restringe ao espaço doméstico, mas se expande para a feira, onde a atividade produtiva se articula à responsabilidade de prover, educar e acompanhar os filhos. Essa dupla dimensão da maternidade – afetiva e econômica – demonstra a centralidade das feirantes como pilares da reprodução da vida familiar e comunitária, mesmo em meio às adversidades da sobrecarga de trabalho e das desigualdades sociais.

A inserção das mulheres na feira esteve diretamente ligada ao processo de migração das famílias do meio rural para a cidade, movimento que se intensificou diante da necessidade de garantir melhores condições de vida e educação para os filhos, mobilizando os saberes práticos herdados no ambiente doméstico, como o preparo de comidas e bolos. Esse percurso é evidenciado nas narrativas das participantes ativas, ou seja, Ivani Gomes de Carvalho comenta: “A gente morava na roça. Eu morava no Anguá. Chegaram tudo na idade de vim pra escola [filhos] [...] eu comecei cozinhando um quilo de arroz, dois quilos de arroz e fui ficando na feira”⁸; e Hilda de Carvalho Souza quando migra para a cidade e precisa ajudar no sustento da família: “a gente chegou aqui com esses meninos tudo para a escola para estudar. Não tinha outro meio de ajudar. Aí eu comecei fazer bolo, depois eu mudei para salgado, aí comecei [...] trabalhava em casa e entregava nos bares. Depois eu resolvi ir para a feira. Colocar a barraca na feira”⁹. Essas narrativas ilustram como a migração rural-urbana não representou apenas uma mudança espacial, mas também a ressignificação de práticas domésticas que, quando transpostas para o espaço público, se converteram em estratégias de sobrevivência e muitos anos de trabalho na feira, como relata Ivani Gomes de Carvalho: “Fiquei na feira quarenta e cinco anos”; e Hilda de Carvalho Souza: “Eu trabalhei quase trinta e dois anos”. Diante disso, vale ressaltar que a longa permanência dessas

⁸ Entrevista concedida em: 06/05/2022.

⁹ Entrevista concedida em: 04/02/2022.

mulheres na feira mostra como escolhas inicialmente emergenciais, ligadas à condição de mãe, se transformaram em trajetórias de vida, consolidando a presença feminina como elemento estruturante no mercado público da cidade.

Outras mulheres, por sua vez, não romperam com o espaço rural, permaneceram em suas comunidades de origem e realizavam o deslocamento semanal para a feira, como relata Terezinha Angélica de Brito Silva¹⁰:

“Nasci aqui no Tucano [...]. Eu formei em Magistério, [...] ensinei trinta e dois anos. Aqui, [...] em Caetité, Sítio do Ouro e Lagoa de Félix Pereira. [...] fui pra Caetité colocar os meninos na escola e aí precisava mesmo de um dinheiro a mais. Aí eu botei a barraca na feira [...] e me ajudou muito. Ia no sábado, trabalhei uns quinze anos, com tecido e roupa que eu confeccionava e costurava”.

Essa circulação entre campo e cidade mostra a centralidade da feira como elo que integra diferentes territórios, permitindo que a feirante transformasse o saber-fazer, habilidades adquiridas no âmbito doméstico, em fonte de renda – ao confeccionar e costurar as roupas que seriam vendidas. Contudo, sua prática ultrapassa a execução técnica: ao perceber a possibilidade de ampliar a utilidade do tecido que já comercializava em outra mercadoria, confeccionando roupas que poderiam ser vendidas na feira, configurando, assim, uma dimensão inventiva do trabalho feminino, no qual as mulheres não apenas reproduzem saberes tradicionais, mas elaboram estratégias para potencializar suas fontes de renda e diversificar suas formas de inserção no mercado. Professora por mais de três décadas, Terezinha Angélica conciliou a docência com o trabalho de feirante, revelando a multiplicidade de funções exercidas pelas mulheres em meio às demandas familiares e econômicas. Sua narrativa aponta para a centralidade da maternidade como motivação: ao levar os filhos para estudar em Caetité tornou-se necessário buscar uma renda extra, o que a

¹⁰ Entrevista concedida em: 22/06/2022.

levou a montar uma barraca na feira, atividade que exerceu por quinze anos. Nesse caminho, a feira surgiu como estratégia de complementaridade, mas que não se restringiu ao plano econômico, pois implicou também na afirmação da presença feminina no espaço público urbano e na articulação entre campo e cidade, dimensões fundamentais para compreender a trajetória das mulheres feirantes.

Muitos foram/são os desafios – migrar ou permanecer no espaço rural, gerir um trabalho a partir do saber-fazer, criar os filhos, matriculá-los e mantê-los na escola, além de assumir sozinhas a responsabilidade de sustentar o lar, como no caso das viúvas que se tornaram a principal provedora da família. Outras mulheres compartilharam essa tarefa com os maridos, o que não diminuiu a sobrecarga feminina, já que o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos permaneciam sob sua responsabilidade.

Ademais, vale ressaltar que outras mulheres residentes na cidade de Caetité-BA escolheram a feira como espaço de trabalho sem recorrer aos saberes domésticos. Iniciaram suas atividades comerciais revendendo mercadorias adquiridas com atravessadores, como narra Carmelita Maria de Jesus Ramos: “Comprava carrada de banana e botava para madurecer. Trabalhava com isso”¹¹. Anos mais tarde diversificou sua barraca com outras mercadorias (frutas e verduras). Essa trajetória indica que a feira era um espaço aberto a múltiplas formas de inserção, permitindo que as mulheres construíssem modos de atuação diversificados, seja a partir do saber-fazer doméstico, seja por meio de práticas comerciais e estratégias de mercado.

Além das diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, o cotidiano das mulheres feirantes foi marcado por uma intensa jornada. O dia começava ainda de madrugada, com o deslocamento, o preparo dos alimentos e arrumação das barracas e se estendia por longas horas na feira, em meio às vendas, negociações e atendimento aos fregueses, como afirma Carmelita Maria de Jesus Ramos¹²: “Tinha vez que eu chegava três horas da

¹¹ Entrevista concedida em: 02/05/2022.

¹² Entrevista concedida em: 02/05/2022.

manhã, quatro horas”. Esses horários de chegada e também de saída variavam de feirante para feirante. Sem patrão, eram elas mesmas as “donas do seu tempo”, como narra dona Ivani¹³: “eu ficava na feira o dia todin e ia para a feira [...] seis, sete horas da manhã e só chegava aqui em casa horas da tarde, todo dia. Só vinha aqui de muda, passear e no outro dia cedo tornava voltar pra lá”. A fala revela a intensidade da jornada e a dedicação quase exclusiva ao trabalho na feira, mas também salienta ausências no espaço familiar.

Essas mulheres somavam longas jornadas, marcadas pelo esforço físico e pela conciliação entre as atividades produtivas e reprodutivas no espaço da feira, o que resultava em uma rotina intensa e em sobrecarga de trabalho muitas vezes associada ao vender e ao cuidar. Nesse processo, os filhos eram desde cedo incorporados ao cotidiano da feira, acompanhando as mães nas barracas e assumindo pequenas tarefas. Essa inserção precoce das crianças reforça a fusão entre o espaço doméstico e o espaço público: enquanto cuidavam dos filhos, as mulheres os introduziam no ambiente de trabalho, de modo que a feira se tornava também uma extensão do lar, onde se entrelaçavam responsabilidades familiares e atividades econômicas, como narra a feirante Hildete de Carvalho Souza¹⁴: “Levava estas crianças para lá e por lá eu fazia comida e vendia. Ia para a feira mais eu [...]. Era uma escadinha, 11 filhos, gêmeos e tudo”.

Ao retornar para a casa era preciso assumir as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, configurando uma dupla jornada de trabalho. Essa sobreposição de atividades denuncia não apenas a dimensão do esforço físico e emocional exigido, mas também a centralidade do trabalho feminino para a manutenção da vida familiar e para a dinâmica econômica na feira. Ainda que prevalecesse a divisão tradicional das funções, havia uma participação ativa dos filhos: às filhas cabia organizar a casa e cuidar dos irmãos: “As

¹³ Entrevista concedida em: 06/05/2022.

¹⁴ Entrevista concedida em: 04/05/2022.

meninas já eram grandinhas. Elas que me ajudavam”¹⁵; e quando casadas e morando na casa dos pais as filhas assumiam as responsabilidades domésticas: “Lilia casou e ficava tomando conta daqui da casa mais os meninos dela”¹⁶. No caso dos filhos as tarefas eram voltadas basicamente para o trabalho produtivo: “A gente [mãe e filhos] já levava as coisas tudo no jeito só de vender [...]. No dia de sábado que apertava [ia] mais meus meninos [depois] já tudo grande trabalhando quem me ajudava eram meus netos”¹⁷, assim narra dona Hilda. Ao atuarem como ajudantes no espaço da feira, “esses meninos” ainda entregavam bolos e salgados nos bares onde a mãe possuía freguesia e, juntamente com as irmãs, participavam do preparo dos alimentos.

Esses arranjos podem ser compreendidos como um trabalho em família, no qual cada membro assumia funções específicas, compondo uma dinâmica coletiva de sobrevivência. No entanto, essa cooperação familiar também revela a responsabilização precoce dos filhos e filhas, marcada pela reprodução de papéis de gênero que diferenciam as tarefas atribuídas a meninos e meninas. Além de assegurar o sustento cotidiano, essa prática possibilitou a presença de duas gerações na feira: a mãe, que ao se aposentar passou o ponto para dois de seus filhos, garantindo a continuidade do trabalho e a permanência da família no espaço da feira. Essa observação situa a feira não apenas como espaço de sobrevivência imediata, mas também de continuidade familiar e transmissão intergeracional do trabalho.

Essa multiplicidade de funções sublinha não apenas os desafios impostos pela necessidade de conciliar o sustento material com as responsabilidades do lar, mas também a luta diária pela sobrevivência em contextos de desigualdade social e de persistente divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoart, 2007). Essas funções criaram desde cedo redes de sociabilidade entre os familiares e se expandiram por muitos anos. Sentados

¹⁵ Entrevista concedida em: 04/02/2022.

¹⁶ Entrevista concedida em: 06/05/2022.

¹⁷ Entrevista concedida em: 04/02/2022.

ao redor da mesa e participando das conversas na casa de dona Hilda, depois da gravação da entrevista, dois de seus filhos recordaram que, mesmo depois de casados e vivendo em outras casas, os irmãos se reuniam na casa dos pais para auxiliar no preparo dos salgados, preservando o compromisso com o trabalho familiar. Esse relato, registrado no caderno de campo, demonstra como a memória partilhada na família ultrapassa a dimensão individual, tornando-se elo de continuidade, reafirmação e tradições. Como afirma Paul Thompson: “a memória oral é, ao mesmo tempo, uma ponte entre gerações e um meio de transmitir valores, experiências e tradições que não se encontram nos documentos escritos” (Thompson, 1992, p. 45). Com base nessas narrativas observa-se como o trabalho familiar não se restringia ao espaço da feira, mas se prolongava no âmbito doméstico, reafirmando as redes de sociabilidade ao assegurar a tradição laboral da família.

No entanto, é evidente que a família participou ativamente das tarefas rotineiras, abrangendo mulheres, homens, crianças e por até três gerações (pais, filhos e netos), marcando presença no mercado público e reforçando as conexões interpessoais estabelecidas entre eles. Sendo assim, a inserção das mulheres no espaço público não eliminou as desigualdades estruturais que marcam suas vidas: ao contrário, acumulou-se sobre elas a sobrecarga de tarefas, expressando as contradições sociais de gênero e de classe. Todavia, outros marcadores sociais apareceram no decorrer da pesquisa (idade e grau escolaridade, etc.) a partir dos estudos produzidos com base nas narrativas orais com análise interseccional.

Ao analisar a interseccionalidade que se configura como “um posicionamento do feminismo negro às opressões sofridas da nossa sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única” (Akotirene, 2019, p. 11), observa-se que essa perspectiva possibilita investigar “[...] como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins; Bilge, 2021, p. 15). A teoria interseccional considera que:

“as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins; Bilge, 2021, p. 15). Assim, “o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Bilge, 2009, p. 70).

Para abarcar as vivências e a interseccionalidade presentes no ambiente de trabalho das mulheres feirantes é preciso considerar a diversidade de perfis que compõem esse grupo: brancas, pardas e negras; casadas, solteiras ou viúvas; mães ou não; com diferentes faixas etárias; níveis de escolaridade e locais de residência, seja na área urbana ou rural. A articulação desses marcadores sociais possibilita suas trajetórias entre si, essas categorias permitem compreender suas trajetórias no espaço da feira e no mundo do trabalho, trajetórias estas muitas vezes atravessadas por múltiplas formas de opressões que não podem ser explicadas por um único fator isolado, mas pela interação entre esses elementos.

Encontrar essas sujeitas marcando presença no espaço público da feira, em Caetité-BA, com o seu trabalho, significa percebê-las como agentes do desenvolvimento socioeconômico do lugar, onde as mulheres feirantes, ao saírem de suas casas, estão inseridas em um cenário público com papéis definidos dentro de um território na luta pela sobrevivência, pela conquista de seus direitos e pela sua autonomia. Essas mulheres trazem consigo suas experiências e memórias, o que nos permite conhecê-las, pois “ao analisar as memórias dessa atora social queremos pensar também as histórias de tantas mulheres que viveram e construíram uma trajetória de muitas pelejas e conquistas em uma sociedade que não tinha espaço para elas” (Cordeiro, 2013, p. 22).

Apesar das adversidades impostas pelas condições de classe, gênero e trabalho, as mulheres feirantes não se reduzem à posição de vítimas de um

sistema excludente. Pelo contrário, exercem agência¹⁸ ao reinventar cotidianamente suas práticas, construindo redes de solidariedade, produzindo formas de autonomia econômica e afirmando sua presença no espaço público da cidade. Através de suas trajetórias elas demonstraram que o trabalho na feira não se restringe à busca pela subsistência, mas constitui também um campo de resistência, negociação e afirmação de identidades, no qual se expressa a força de suas experiências e a centralidade de seu protagonismo social.

Assim, ao narrar e analisar as vivências das mulheres feirantes, compreendemos que suas presenças na feira livre não apenas sustentaram famílias e movimentaram a economia local, como também desafiaram fronteiras sociais e culturais que historicamente restringiram a atuação feminina. Suas práticas e memórias revelam uma luta cotidiana pela sobrevivência e, ao mesmo tempo, pela afirmação de um lugar próprio no espaço público, inscrevendo-se como protagonistas de uma história coletiva de resistência e transformação.

Conclusão

O trabalho das mulheres feirantes evidencia, de forma contundente, a sobrecarga que caracteriza a dupla – ou múltipla – jornada feminina. Entre o espaço da feira, o cuidado com a família e as tarefas domésticas, essas mulheres sustentaram a engrenagem da vida cotidiana, muitas vezes sem o devido reconhecimento social e econômico. Suas trajetórias revelam que o ingresso no espaço público do trabalho não elimina as desigualdades, mas, ao contrário, acumulou responsabilidades que recaíram sobre elas e familiares. Assim, a experiência das feirantes expressa a persistência da divisão sexual do trabalho e a naturalização da sobrecarga feminina, ao mesmo tempo em que aponta para a força de sua resistência em garantir o

¹⁸ “A agência é o reiterar de normas, mas também a possibilidade de sua subversão no próprio ato da repetição” (Butler, 2019, p. 23).

sustento e a continuidade da vida. Contudo, ao mesmo tempo em que vivenciaram essas contradições, as feirantes exerceram agência ao criar estratégias de sobrevivência, negociar papéis sociais e afirmar sua presença no espaço urbano. Nesse movimento, transformam a feira em um território de resistência e protagonismo, onde se articulam trabalho, cuidado e identidade, revelando que, apesar das condições de exploração, produzem práticas que reconfiguram o cotidiano e evidenciam sua centralidade social.

Neste sentido, é possível, por meio do campo da interdisciplinaridade, apreender amplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural das mulheres feirantes, com estudos voltados para o trabalho e gênero, revelando o impacto de suas práticas na construção de uma feira que reflete tanto a resistência quanto a autonomia dessas atoras sociais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do lugar.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. rev.atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BILGE, Sirma. Teorias feministas da interseccionalidades. *Diogène*, 2009, p. 70-88.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Saber e ensinar: três estudos de educação popular*. 3. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos; 20).
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDEIRO, Filomena Luciene Reis. *Universo Feminino: Academia Feminina de Letras de Montes Claros*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 89-109, dez. 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Precarização e divisão internacional e sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n. 33, p. 41-57, jul./dez. 2009.

HIRATA, Helena Sumiko; KERGOART, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andréa. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 126-147.

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Manual de História Oral*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio* (um estudo da história regional e local). Salvador: UFBA/UEFS, 1998.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2017.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo. Letra e Voz, 2016.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol, OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890–1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-96.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394 p.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Entrevistas

Carmelita Maria de Jesus Ramos. Entrevista concedida a Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho. Caetité-BA, 2022.

Ivani Gomes de Carvalho. Entrevista concedida a Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho. Caetité-BA, 2022.

Hilda de Carvalho Silva. Entrevista concedida a Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho. Caetité-BA, 2022.

Hildete de Carvalho Souza. Entrevista concedida a Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho. Caetité-BA, 2022.

Terezinha Angélica de Brito Silva. Entrevista Concedida a Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho. Caetité-BA, 2022.

Recebido em dezembro de 2025.
Aprovado em janeiro de 2026.